

SÉRIE
NEURO
PSICO
LOGIA

NEUROPSICOLOGIA
ESCOLAR



Conselho
Federal de
Psicologia

S É R I E
NEURO
PSICO
LOGIA

NEUROPSICOLOGIA
ESCOLAR



Conselho
Federal de
Psicologia

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Endereço: SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed.

Via Office, térreo, sala 104 - CEP: 70.070-600 -

Brasília/DF Brasil. Fone: (61) 2109-0100

www.cfp.org.br

facebook.com/conselhofederaldepsicologia

Twitter @cfp_psicologia

Instagram @conselhofederaldepsicologia

Coordenadora Geral Estratégica

Emanuelle Silva

Coordenador-Geral Executivo

Rafael Menegassi Taniguchi

Gerência de Comunicação

Marília Mundim (Gerente)

Raphael Gomes (Supervisor)

Gerência Técnica

Camila Dias (Gerente)

Ylo Barroso Caiado Fraga (Supervisor)

Lissane Raquel Henrique Bahia de Oliveira Santos

(Analista Técnica)

Texto e Organização

Izabel Augusta Hazin Pires (CFP)

Alessandra Gotuzo Seabra

Caroline de Oliveira Cardoso

Cíntia Alves Salgado Azoni

Laura Aragão

Monica Carolina Miranda

Nara Côrtes Andrade

Natália Martins Dias

Rochele Paz Fonseca

Projeto Gráfico e Diagramação

Diego Soares da Silva

Revisão Ortográfica: Gm Editorial Ltda.

Imagens: Freepik e ChatGPT

XIX Plenário | Gestão 2023-2025

Diretoria

Alessandra Santos de Almeida - Presidente
(vice presidente entre 23/4/2024 e 12/06/2025)

Izabel Augusta Hazin Pires - Vice-presidente
(secretária de 16/12/2022 a 12/06/2025)

Rodrigo Acioli Moura - Secretário
(a partir de 13/06/2025)

Neuza Maria de Fátima Guareschi - Tesoureira
(a partir de 13/06/2025)

Conselheiras(os)

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

Carla Isadora Barbosa Canto

Carolina Saraiva

Célia Mazza de Souza

(tesoureira de 16/12/2022 a 12/06/2025)

Clarissa Paranhos Guedes

Evandro Moraes Peixoto

Fabiane Rodrigues Fonseca

Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo

Ivani Francisco de Oliveira

(vice-presidente de 16/12/2022 a 19/04/2024)

Jefferson de Souza Bernardes

Juliana de Barros Guimarães

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro

Marina de Pol Poniwas

Nita Tuxá

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho -

(presidente de 16/12/2022 a 12/06/2025)

Raquel Souza Lobo Guzzo

Roberto Chateaubriand Domingues

Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

Índice

Apresentação.....	4
1. Histórico e Definição da Neuropsicologia Escolar	6
1.1 Histórico.....	6
1.2 Definição	8
2. Contextualização no Brasil	13
3. Áreas de atuação	18
3.1 Formação e capacitação de professorAS(es)	18
3.2 Orientação de cuidadoras(es) e promoção de parentalidade	22
3.3 Estimulação de estudantes nas perspectivas preventiva e remediativa.....	25
3.4 Estimulação de estudantes com necessidades educacionais especiais	29
4. Perspectivas Futuras - Sugestão de diretrizes de formação para a(o) neuropsicólogA(o) escolar	33
Referências.....	36

Apresentação

A Cartilha *Neuropsicologia Escolar*, do Conselho Federal de Psicologia, nasce do compromisso de integrar conhecimentos científicos atualizados, prática profissional qualificada e princípios éticos que orientam a Psicologia brasileira.

Enquanto área de interseção entre a Neuropsicologia Clínica e a Psicologia Escolar, propõe-se a compreender e intervir nas relações entre processos neurocognitivos e socioemocionais, contexto educacional e desenvolvimento humano integral.

Destinada a psicólogas e psicólogos, educadores, pesquisadores e gestores públicos, a obra tem por objetivo fortalecer a formação técnica e fomentar o diálogo interdisciplinar e intersetorial para a atuação ética no espaço escolar. A presente cartilha, em particular, tem como propósito oferecer um referencial técnico e conceitual para a atuação da Neuropsicologia Escolar, apresentando aspectos históricos e conceituais, áreas de atuação, contextualização no Brasil, assim como reflexões acerca de perspectivas futuras deste campo de prática profissional.

Partimos do entendimento de que a escola é um espaço plural, vivo e dinâmico, onde se entrelaçam diferentes histórias, culturas, saberes e formas de aprender. Nesse cenário, a Neuropsicologia Escolar constitui-se como campo de conhecimento e prática que dialoga com a complexidade do desenvolvimento humano, reconhecendo que processos cognitivos, emocionais, sociais e culturais se articulam na trajetória de cada estudante.

Sua atuação não se restringe a responder às dificuldades já presentes; investe também na promoção do desenvolvimento, na prevenção de barreiras à aprendizagem e na construção de ambientes pedagógicos que respeitem e potencializem a singularidade de cada sujeito. Esse trabalho envolve professores, gestores, orientadores, famílias e demais profissionais da rede de apoio, articulando saberes e práticas em benefício do pleno exercício do direito à educação.

Essa cartilha reafirma a Neuropsicologia Escolar como prática cientificamente fundamentada, socialmente comprometida, na defesa de uma educação que seja, simultaneamente, de qualidade, equitativa e inclusiva.

Alinhada às diretrizes do Conselho Federal de Psicologia e às políticas nacionais de educação, esta obra valoriza o respeito aos direitos humanos e busca servir como referência para profissionais que atuam na interface entre Neuropsicologia e Educação, reforçando o papel social da categoria na construção de ambientes escolares mais responsivos, diversos, inclusivos, equitativos e comprometidos com o desenvolvimento humano.

1 Histórico e Definição da Neuropsicologia Escolar

1.1 Histórico

A história da Neuropsicologia Escolar mistura-se com a história da neuropsicologia do desenvolvimento infantil. Embora a relevância da neurociência na psicologia e na educação tenha sido reconhecida ao longo do século XX, foi a “Década do Cérebro”, de 1990, e os avanços tecnológicos em imagens cerebrais que deram origem aos campos especializados da Neuropsicologia Escolar e da Neurociência da Educação (Miller *et al.*, 2022).

O termo Neuropsicologia Escolar foi trazido pela primeira vez em um artigo no início da década de 1980, ou seja, antes da década do cérebro. Começou com aplicabilidades da neuropsicologia clínica para o ambiente escolar. Hynd e Obrzut, em 1981, revisitam as possibilidades de a psicologia escolar incluir uma nova disciplina que começava a ser praticada, com reflexões acerca das contribuições da neuropsicologia clínica, para a compreensão dos transtornos de aprendizagem.

Conforme Miller *et al.* (2022), essa prática foi creditada a George Hynd, que ajudou a desenvolver uma especialização em Neuropsicologia Escolar dentro do Programa de Doutorado em Psicologia Escolar da Universidade da Geórgia, no início da década de 1980. Na década de 1990, vários textos foram publicados por psicólogos escolares sobre o

tema da Neuropsicologia Escolar e pediátrica, como *Neuropsychological Foundations of Learning Disabilities: A Handbook of Issues, Methods, and Practice* (Obrzut & Hynd, 1991). Um dos primeiros artigos científicos sobre o tema foi o de D'Amato (1990), com uma abordagem neuropsicológica para a psicologia escolar.

Em 1999, surgiu a American Board of School Neuropsychology (ABSNP) oferecendo uma especialização em Neuropsicologia Escolar que, segundo essa entidade, fornecia habilidades profissionais de um neuropsicólogo escolar e ajudava a divulgar essas habilidades para colegas e para o público. Nos anos 2000, dois livros influentes de Neuropsicologia Escolar foram publicados: *School Neuropsychology: A Practitioner's Handbook* (Hale & Fiorello, 2004) e a primeira edição do *School Neuropsychology Handbook* (D'Amato et al., 2005). Ambas as obras foram usadas como livros didáticos em aulas de neuropsicologia em nível de pós-graduação por vários anos no mundo.

O crescimento na aplicabilidade da neurociência voltada à educação levou ao surgimento de novas organizações, como a *International Mind, Brain and Education Society* (IMBES), fundada em 2004¹, e o grupo de interesse especial *Neuroscience and Education* dentro da *European Association for Research on Learning and Instruction* (EARLI), fundada em 2009. Em 2006, ocorreu a primeira conferência nacional de Neuropsicologia Escolar, realizada em Dallas, Texas. Atualmente, essa conferência anual é realizada pelo *School Neuropsychology Institute*². A partir daí, a Neuropsicologia Escolar consolida-se com mais publicações específicas da área (Martínez-Álvarez, 2018).

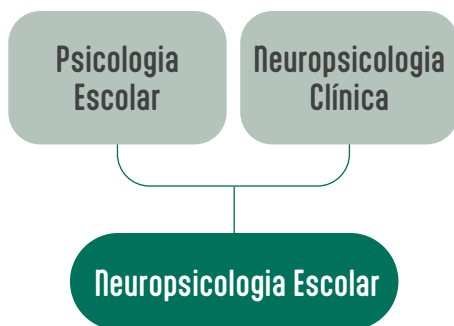
1 Mais informações disponíveis em: www.imbes.org. Acesso em: 6 jun. 2025.

2 Mais informações disponíveis em: <https://www.schoolneuropsych.com/courses/conferences.php>. Acesso em: 6 jun. 2025.

1.2 Definição

A Neuropsicologia Escolar é derivada de uma fusão entre o campo da Psicologia Escolar e o da Neuropsicologia Clínica. A prática da Neuropsicologia Escolar é a aplicação do conhecimento obtido do estudo das relações cérebro-comportamento em todo o ciclo de vida. Além disso, incorpora o conhecimento dos sistemas escolares, a legislação em educação especial e a Neurociência da Educação.

A Neuropsicologia Escolar requer um conjunto abrangente de habilidades para analisar efetivamente dados de avaliação e comportamentos, a partir de uma perspectiva baseada no cérebro; considera influências históricas, ambientais e acadêmicas; e fornece recomendações direcionadas para ambientes domésticos, comunitários e acadêmicos (Miller *et al.*, 2022).



Ainda, concentra-se nos fundamentos neuropsicológicos de domínios cognitivos específicos, como habilidades sensório-motoras, atenção, aprendizagem e memória, processamento visuoespacial, processamento auditivo, funções executivas, habilidades de linguagem oral e escrita, comunicação e velocidade de processamento, bem como sua relação com o conjunto de comportamentos e habilidades necessários para participar e aprender com o ambiente escolar e as atividades dele derivadas.

Assim, a Neuropsicologia Escolar é abrangente, pois combina o estudo da mente (psicologia) com o estudo do cérebro (neuropsicologia), e sua relação com o desenvolvimento e educação (aprendizagem e escolas). Ademais, com esse arcabouço, embasa ações de avaliação, intervenção precoce-preventiva e remediativa, contribuindo para a promoção de um processo de aprendizagem que seja bem-sucedido e saudável, da criança ao idoso (Fonseca et al., 2020).



É importante ressaltar que, ao contrário do que se pensa, a Neuropsicologia Escolar não tem foco apenas nos transtornos do neurodesenvolvimento, pois atua com alunos(as) com desenvolvimento típico e atípico, com ou sem diagnóstico, de alto desempenho ou baixo desempenho, emocionalmente estável ou altamente desregulado, aqueles com amplo acesso a cuidados ou aqueles em vulnerabilidade social.

Dessa maneira, a Neuropsicologia Escolar direciona suas ações aos diversos membros da comunidade educacional, com especial atenção aos(as) estudantes, em diferentes etapas do processo formativo. Sua atuação pode estender-se, ainda, a adultos e idosos em distintos contextos de aprendizagem, como universidades, ambientes corporativos e programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tais metodologias devem procurar beneficiar uma aprendizagem efetiva, significativa e duradoura, que se generalize para ganhos da vida pessoal, social, profissional, presente e futuro dos aprendizes (Fonseca et al., 2020).

A avaliação neuropsicológica escolar pode ser feita como triagem ou rastreio de dificuldades de aprendizagem ou de déficits cognitivos, assim como por meio de mapeamento das potencialidades de cada indivíduo. Esta avaliação pode ser individual, em pequenos grupos (Atendimento Educacional Especializado, por exemplo) ou em grandes grupos (turma inteira, por exemplo). Porém, essa avaliação não se reduz a uma simples aplicação de testes, pois a neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar também devem compreender o processo de mudança e como ele afeta os sistemas em que atua.

Mais especificamente, deve ser capaz de promover mudanças institucionais que criem condições favoráveis à saúde, ao desenvolvimento e à aprendizagem de indivíduos e grupos, contribuindo para o desenvolvimento integral, para o percurso educativo e para o bem-estar dos(as) alunos(as). Deve, igualmente, incentivar a participação das famílias e aprimorar a qualidade do ambiente escolar.

Nesse contexto, as estratégias de avaliação envolvem um estudo sistemático e cumulativo das interações entre atividades, resultados e o



A Neuropsicologia Escolar/Educacional deve ser capaz de promover mudanças institucionais que favoreçam condições adequadas à saúde, ao desenvolvimento e à aprendizagem, bem como ao bem-estar de indivíduos e grupos. Isso contribui para o desenvolvimento integral dos alunos e para o seu percurso educativo; consequentemente, favorece a participação das famílias e a qualidade do ambiente escolar.



contexto da iniciativa (Burns, 2011; Dyson & Todd, 2010). A intervenção neuropsicológica pode ser promovida na escola por meio de diversas ações, com a participação de diferentes atores, incluindo:

A	processos de formação continuada ou capacitação de professores com ênfase em boas práticas pedagógicas cientificamente referenciadas (por exemplo: formação continuada em desenvolvimento na infância e adolescência; currículos e atividades voltadas para fortalecimento de funções cognitivas e socioemocionais; planejamento de uso de recursos de acessibilidade e adaptações curriculares, subsidiando a articulação entre propostas pedagógicas das classes comuns e o Atendimento Educacional Especializado - AEE, entre outras);
B	formação de orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos e gestores escolares (por exemplo: formação voltada a gestão de estratégias pedagógicas e/ou curriculares à luz da neuropsicologia, integração dos conhecimentos da neuropsicologia no acompanhamento e avaliação dos processos educacionais, compreensão dos transtornos do neurodesenvolvimento e suas implicações educacionais, entre outros);

C	orientação a cuidadores, voltada a promoção de práticas parentais sensíveis e responsivas e à mediação de aprendizagem (por exemplo: psicoeducação voltada a compreensão dos transtornos do neurodesenvolvimento e suas implicações educacionais e comportamentais, rotinas de interação enriquecedoras: como leitura compartilhada, jogos simbólicos ou práticas que estimulem as funções executivas; valorização processual de estratégias metacognitivas; observação atenta e responsiva às manifestações verbais e não verbais da criança, entre outros);
D	estimulação de estudantes em sala de aula, com desenvolvimento típico ou atípico (por exemplo: programas universais de promoção de habilidades cognitivas, socioemocionais e comunicativas; adaptações curriculares e recursos de acessibilidade individualizados baseados em avaliação do perfil neuropsicológico do estudante com transtornos do neurodesenvolvimento; entre outras) (Fonseca <i>et al.</i>, 2020).

Essas ações serão mais bem detalhadas ao longo deste fascículo.

2 Contextualização no Brasil

Como citado anteriormente, a Neuropsicologia Escolar une o campo da Psicologia Escolar e o da Neuropsicologia Clínica; ambas bem delimitadas como campos de atuação das psicólogas e psicólogos. Conforme a Resolução CFP nº 23/2022, do Conselho Federal de Psicologia entre as atribuições da(o) Psicóloga(o) Escolar e Educacional, incluem-se as seguintes:

Analisa e propõe intervenções psicológicas nos processos de ensino-aprendizagem, considerando as características de docentes, discentes, materiais didáticos e normativas educacionais; promove o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos alunos, levando em conta as relações interpessoais no contexto da escola, família e comunidade; contribui para a inclusão escolar, trabalhando com equipes multiprofissionais para garantir o direito à educação de todos os estudantes, especialmente os da educação especial; avalia os impactos das relações entre os diferentes segmentos educacionais no processo de aprendizagem e propõe estratégias personalizadas para atender às necessidades dos alunos; oferece programas de orientação profissional, ajudando os alunos na escolha de suas trajetórias profissionais; trabalha de forma interdisciplinar com as equipes escolares para desenvolver, implementar e reformular currículos, projetos pedagógicos e políticas educacionais; utiliza métodos, técnicas e instrumentos adequados para subsidiar a formulação e replanejamento de planos escolares, além de avaliar a eficácia dos programas educacionais; propõe e implementa intervenções psicológicas junto às equipes da escola para

alcançar os objetivos educacionais definidos; orienta programas de apoio administrativo e educacional, prestando serviços a agentes educacionais para melhorar o ambiente escolar; busca promover a qualidade de vida da comunidade escolar, aplicando conhecimentos psicológicos para melhorar o bem-estar dos envolvidos; atua em ações contra preconceitos e violência na escola, orientando equipes educacionais e promovendo a integração entre escola, família e alunos para superar estigmas que prejudicam o desempenho escolar.

Em relação à atuação em Neuropsicologia, a Cartilha de Neuropsicologia do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2022, p. 14) destaca:



A(O) neuropsicóloga(o) analisa as relações entre o funcionamento do cérebro com os aspectos cognitivos, emocionais, da personalidade e do comportamento humano. Essa(e) profissional atua no diagnóstico, no acompanhamento, no tratamento e na pesquisa dos aspectos elencados. Para isso, combina os conhecimentos da neurociência com aqueles de outras áreas da Psicologia, como clínica, cognitiva, do desenvolvimento, do envelhecimento, psicometria, psicolinguística, entre tantas outras, utilizando-se de metodologia experimental ou clínica.

Há diversos cursos de especialização ou extensão em Neuropsicologia no Brasil; desde formações genéricas a formações específicas, todas voltadas à prática da neuropsicologia clínica. Porém, a atuação da neuropsicóloga e do neuropsicólogo escolar deve integrar os conhecimentos

“ *A neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar necessitam de competências que integram os conhecimentos da neuropsicologia clínica, pois as estratégias de avaliação e intervenção são oriundas dessa especialidade, com os conhecimentos da Neurociência da Educação, da Psicologia Escolar/Educacional e das políticas públicas no campo da educação.* ”

da Neurociência da Educação; o que, raramente, é abordado nos cursos de formação em Neuropsicologia.

Nesse sentido, a neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar necessitam de competências que integram os conhecimentos da neuropsicologia clínica, pois as estratégias de avaliação e intervenção são oriundas dessa especialidade, com os conhecimentos da Neurociência da Educação, da Psicologia Escolar/Educacional e das políticas públicas no campo da educação. Todavia, também devem ter uma compreensão dos sistemas mais amplos em que as crianças se encontram, nomeadamente a família e a escola, e articulação intersectorial de atenção à infância (Miller *et al.*, 2022).

A American American Board of School Neuropsychology (ABSNP), por exemplo, oferece uma diplomação específica, por meio da qual, ao final do processo, a(o) profissional terá proficiência na avaliação e abordagem das complexas relações entre função cerebral, processos cognitivos e desempenho educacional.

Neuropsicologia escolar e Neurociência da Educação

A Neuropsicologia Escolar é a área que aplica os conhecimentos da neuropsicologia à compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento de habilidades escolares, integrando fundamentos da Psicologia Escolar/Educacional, da Neuropsicologia Clínica e da Neurociência da Educação, com foco na avaliação e intervenção sobre funções cognitivas, socioemocionais e comportamentais que afetam a aprendizagem e o desenvolvimento escolar.

E a Neurociência da Educação?

Conforme foi sumariado por Fonseca et al. (2020), a Neurociência da Educação, também chamada de 'Neuroeducação', é um campo interdisciplinar que integra neurociência, ciência cognitiva, psicologia e educação para investigar questões relacionadas à aprendizagem, com o intuito de fundamentar práticas e políticas educacionais baseadas em evidências científicas.

Assim, as principais diferenças estão na atuação e objetivo. Em termos de atuação, a Neuropsicologia Escolar é uma área de aplicação de conhecimento para promover melhor aprendizagem e desenvolvimento cognitivo/socioemocional, tendo como foco dessa prática a avaliação e intervenção sobre a cognição, o comportamento e a aprendizagem em contexto escolar. Por outro lado, a Neurociência da Educação dedica-se à investigação sobre os processos cerebrais relacionados à aprendizagem, com o objetivo de compreender como o cérebro aprende e, assim, fundamentar práticas e políticas educacionais.

Outro desafio no Brasil é considerar as questões culturais, a pobreza, o racismo, e a diversidade de gêneros e da pessoa com deficiência no contexto do ambiente escolar. Ressaltamos que a formação em Neuropsicologia Escolar deve abordar profundamente esses aspectos no âmbito da prevenção de *bullying*, por exemplo. Destacamos que a Neuropsicologia Escolar, como atuação profissional especializada no Brasil, ainda se encontra muito incipiente.

O mais comum é uma(um) neuropsicóloga(o) clínica(o) reunir-se com a equipe escolar para dar uma devolução de um processo longo de avaliação neuropsicológica. Secundariamente, palestras são dadas para pais, professores e gestores. Algumas consultorias também são promovidas para construção do plano pedagógico para crianças típicas e atípicas. Muito ainda há para se desenvolver em nosso país neste campo de atuação tão relevante e que pode transformar tantas vidas na trajetória da aprendizagem acadêmica e social.

No Brasil, há poucas especializações, sendo a maioria de Neurociências e Educação, com apenas uma, não mais vigente, até onde se sabe, de Neuropsicologia Escolar. Dessa forma, não há, até o momento desta publicação, nenhuma formação específica para essa subespecialidade da Neuropsicologia.

3 Áreas de atuação

3.1 Formação e capacitação de professorAS(es)

A Neuropsicologia Escolar tem ampla atuação com estudantes, professores, gestores e famílias, buscando a aprendizagem efetiva e duradoura, com impacto pessoal, social e profissional (Fonseca *et al.*, 2020). A formação docente é essencial para acesso e aplicação de teorias e práticas, não apenas da Neuropsicologia Escolar, mas também daquelas baseadas em evidências, integrando pedagogia e ciência sobre o desenvolvimento humano, especialmente diante dos desafios da diversidade e da inclusão (Fonseca *et al.*, 2020; Thomas *et al.*, 2019).

A Neuropsicologia Escolar contribui para a formação de professores ao oferecer uma compreensão aprofundada das funções cognitivas e socioemocionais envolvidas na aprendizagem, como atenção, memória, linguagem e funções executivas, entre

“

Neuropsicologia Escolar tem ampla atuação com estudantes, professores, gestores e famílias, buscando a aprendizagem efetiva e duradoura, com impacto pessoal, social e profissional

”

outras. Logo, permite ao docente compreender e ressignificar estratégias já usadas, bem como implementar novas estratégias, além de fornecer subsídios para interpretar as dificuldades escolares com base em perfis neurocognitivos, possibilitando intervenções pedagógicas contextualizadas e singularizadas adequadas ao desenvolvimento de habilidades cognitivas de cada criança (Fonseca *et al.*, 2020).

A interlocução entre os campos da ciência neuropsicológica e da educação ainda é insuficiente, o que, no Brasil, pode contribuir para a incipiência do uso da neuropsicologia no contexto escolar. Ainda, tal lacuna pode contribuir para a disseminação de “neuromitos” entre os educadores que desejam, de alguma forma, adquirir conhecimentos sobre neurociências, mas não contam com fontes fidedignas (Wilcox *et al.*, 2021; Thomas *et al.*, 2019).



A Neuropsicologia Escolar tem, portanto, um papel fundamental como ponte entre a produção científica em neurociências e a prática docente. Um eixo da atuação neuropsicológica na escola diz respeito à avaliação das funções cognitivas, socioemocionais e comportamentais, tanto a feita sobre o discente em contexto escolar, quanto a meta-avaliação pedagógica feita pelos docentes. A meta-avaliação refere-se à reflexão crítica sobre como a(o) professora(r) avalia a aprendizagem dos(as) alunos(as). Ao usar modelos teóricos e dados da neuropsicologia, ela (e) pode compreender as estratégias usadas pelos(as) alunos(as), o desenvolvimento esperado em cada ano, formas de avaliação e perfis de desempenho.

Outro aspecto importante refere-se às práticas pedagógicas. A Neuropsicologia Escolar contribui para a seleção e o planejamento de práticas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento cognitivo e ao perfil dos(as) alunos(as), favorecendo o ensino de conteúdos específicos, tais como matemática e alfabetização, de forma contextualizada e inclusiva (Dehaene, 2012, 2022), bem como o desenvolvimento de habilidades transversais, como funções executivas e autorregulação (Cardoso *et al.*, 2016).

Finalmente, a Neuropsicologia Escolar pode auxiliar a pensar no formato do ensino. Modelos como o Desenho Universal da Aprendizagem e o de Resposta à Intervenção articulam neurociência e prática escolar, com foco em evidências científicas e personalização³ do ensino (Toledo-Piza *et al.*, 2020). No atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais, a neuropsicologia é essencial para planejar intervenções e conteúdos adequados, adaptando intencionalmente estratégias, recursos e processos de aprendizagem às necessidades, potencialidades e contextos de cada aluno(a). Adaptações curriculares fundamentadas em neuropsicologia baseiam-se no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental dos(as) alunos(as), promovendo equidade no ensino (Toledo-Piza *et al.*, 2020).

Para as(os) docentes, isso exige formação que contemple não somente o conhecimento das bases neuropsicológicas da aprendizagem, mas também o desenvolvimento de competências práticas para implementar adaptações pedagógicas baseadas em evidências, incluindo desde ações preventivas em sala de aula, até práticas pedagógicas personalizadas, por exemplo, para alunos(as) com transtornos do neurodesenvolvimento

3 <https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-na-escola/caderno-tecnico-acompanhamento-personalizado-das-aprendizagens-3.pdf>



(Toledo-Piza *et al.*, 2020). A Neuropsicologia Escolar oferece fundamentos importantes para a formação de professoras(es) e de profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), especialmente no que se refere à elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI)⁴. Ao compreender de forma aprofundada as funções cognitivas, socioemocionais e comportamentais envolvidas na aprendizagem, a(o) neuropsicóloga(o) escolar pode contribuir para que docentes e profissionais do AEE realizem uma avaliação pedagógica mais precisa, identificando potencialidades, barreiras e necessidades específicas do(a) aluno(a). Essa compreensão favorece a definição de metas educacionais precisas, viáveis e alinhadas ao desenvolvimento integral de cada estudante, bem como intencionalidade na escolha de práticas pedagógicas e recursos de acessibilidade que assegurem a participação plena e a aprendizagem significativa. Assim, a articulação entre neuropsicologia, práticas pedagógicas inclusivas e marcos normativos fortalece o PEI como instrumento vivo e colaborativo, garantindo que ele reflita o contexto escolar, as interações sociais e as oportunidades de aprendizagem personalizadas que promovam equidade e qualidade na educação.

4 <https://legis.senado.leg.br/sdleg-etter/documento?dm=8921974&ts=1618945764007&disposition=inline>

Não se pode deixar de considerar, entretanto, que a aplicação da Neuropsicologia Escolar na prática docente não depende exclusivamente da(o) professora(r). É imprescindível a atuação conjunta com neuropsicólogas e neuropsicólogos, gestoras(es) escolares e mesmo famílias. Cabe à(ao) professora(r) integrar as evidências neurocientíficas às suas estratégias pedagógicas, com o apoio intersetorial, institucional e familiar.

Finalizando, há a necessidade de uma formação docente interdisciplinar, que valorize a prática baseada em evidências científicas e em que a Neuropsicologia Escolar seja parte das disciplinas na formação inicial e continuada das(os) professoras(es). O(a) professor(a) deve ser reconhecida(o) como sujeito reflexivo, capaz de tomar decisões informadas, éticas e contextualizadas (Fonseca *et al.*, 2020) e a Neuropsicologia Escolar pode contribuir para pensarmos a educação de forma mais adequada às necessidades, potencialidades e contextos de cada estudante, fortalecendo a coerência e a efetividade das práticas pedagógicas.

3.2 Orientação de cuidadoras(es) e promoção de parentalidade

A orientação de cuidadoras(es) é um campo estratégico e promissor da Neuropsicologia Escolar. Ao compreender a relação entre o funcionamento do cérebro, a aprendizagem, o comportamento, o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança, a neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar desempenham papel fundamental na mediação entre o conhecimento científico e os contextos cotidianos da família. Isso torna essa(e) profissional uma ponte entre a escola, os cuidadores e o bem-estar da criança.

A literatura científica indica que o ambiente familiar é crucial para o desenvolvimento das funções executivas, da linguagem, da autorregulação emocional e da aprendizagem (Diamond, 2013). Nesse sentido, o envolvimento parental - compreendido como a participação ativa dos pais ou cuidadores na educação das crianças - é apontado como um fator essencial, especialmente nos anos iniciais da vida escolar (Carapito & Ribeiro, 2015).

A atuação da neuropsicóloga e do neuropsicólogo escolar pode contribuir para fortalecer esse envolvimento por meio da criação de espaços formativos que orientem as(os) cuidadoras(es) sobre o desenvolvimento infantil e suas implicações, e essa orientação pode ser realizada de diferentes formas. Um exemplo são os grupos temáticos voltados à estimulação precoce e ao desenvolvimento da linguagem; grupos de gestantes e pais da educação infantil com foco em estímulo a brincadeiras e hábitos de leitura; encontros com pais de adolescentes para discutir o manejo das funções executivas no cotidiano escolar (Fonseca *et al.*, 2020); ou ainda temáticas sensíveis como educação antirracista (Miranda, 2024).

No Brasil, iniciativas como o Programa Parentalidade, desenvolvido pela equipe do Projeto pela Primeira Infância, disponibiliza um material *on-line* gratuito⁵ que oferece informações sobre desenvolvimento na primeira infância. Esse é um rico material que pode subsidiar a prática da neuropsicóloga e do neuropsicólogo escolar ao fornecer conteúdos de diversas temáticas a serem utilizados junto às(aos) cuidadoras(es).

Tais recursos possuem amplo potencial de promover conhecimento e desenvolver competências e confiança parentais, colaborando com a re-

5 Disponível em: <https://www.projetoprimeirainfancia.com.br/para-pais-e-responsaveis/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

dução da prevalência de problemas cognitivos, emocionais, de comportamento ou de saúde mental em crianças entre 0 e 6 anos (Miranda, 2024). Contudo, a atuação junto às(aos) cuidadores demanda da neuropsicóloga e do neuropsicólogo escolar um olhar atento, sensível e cuidadoso para as especificidades inerentes a cada contexto familiar.

Fatores como escolaridade, condição socioeconômica e carga horária de trabalho das(os) cuidadores, bem como a configuração familiar (seja biparental ou monoparental) são apontados como influentes no engajamento parental (Miranda, 2024) e, portanto, devem ser considerados para proposição de ações coerentes com as possibilidades e realidades de cada família.

A escola, historicamente habituada a lidar com um modelo familiar tradicional, encontra desafios para dialogar com as novas conformações familiares. Além disso, muitas vezes os encontros com os pais se restringem a temas administrativos, sem aprofundar discussões sobre o desenvolvimento infantil ou o processo de aprendizagem (Jungles, 2022).

Diante desse cenário, a transformação dos espaços de reunião com pais em momentos de construção conjunta, de escuta e de parceria pode ter como mediação a atuação da(o) neuropsicóloga(o) escolar. Quando as(os) cuidadoras(es) compreendem como a criança funciona e como podem contribuir com seu desenvolvimento, tornam-se aliadas(os) importantes. Nesse sentido, surge a necessidade de se estabelecer a Parceria Família-Escola, conforme as diretrizes do Ministério da Educação (Jungles, 2022).

Por fim, é essencial considerar os aspectos emocionais envolvidos. As(Os) cuidadoras(es) geralmente desejam o melhor para a criança, mas podem estar exaustas(os), sobrecarregadas(os) ou apreensivas(os), es-

pecialmente diante do início de um processo avaliativo cuja ênfase seja os processos de aprendizagem da criança ou mesmo diante de resultados que indiquem dificuldades.

À neuropsicóloga e ao neuropsicólogo escolar também cabe a escuta sensível, o acolhimento e a comunicação objetiva, contribuindo para o fortalecimento do vínculo e estabelecimento de uma relação de confiança (Hill, 2021). Assim, a orientação de cuidadoras(es) constitui uma frente potente da atuação da neuropsicóloga e do neuropsicólogo escolar, com impactos positivos tanto para o desenvolvimento infantil integral, e especificamente para a aprendizagem, quanto para o fortalecimento da rede de apoio entre escola, família e comunidade.

3.3 Estimulação de estudantes nas perspectivas preventiva e remediativa

A neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar também podem atuar no planejamento ou na implementação de intervenções em contextos educativos, desde a Educação básica, perpassando a Educação de Jovens e Adultos, até o Ensino superior. Essas intervenções podem tanto ser preventivas como remediativas. Intervenções preventivas são estratégias, programas ou atividades que buscam promover habilidades cognitivas ou socioemocionais em indivíduos em desenvolvimento típico, sem acelerar etapas, mas com o foco de fortalecer tais habilidades (Cardoso & Fonseca, 2019). Essa abordagem é especialmente relevante no ambiente escolar, pois pode ser implementada em caráter universal, com potencial de mitigar o impacto de desigualdades sociais e de oportunidades de aprendizagem (Queiroga *et al.*, 2020).



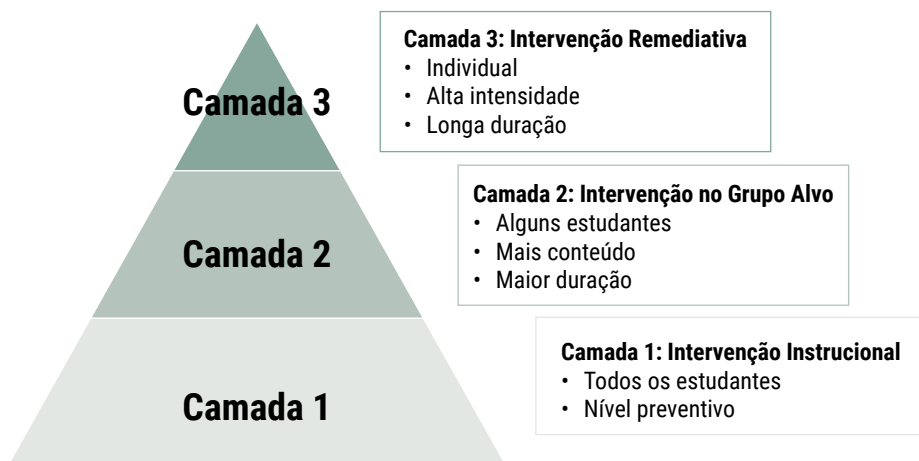
No âmbito dessa linha de atuação, a escola é compreendida como um espaço estratégico para a promoção de habilidades cognitivas e socioemocionais, já que crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo nesse ambiente. Assim, mais do que transmitir conteúdos acadêmicos, a escola tem o potencial de estimular essas competências e a(o) professora(r), por sua vez, pode acompanhar de perto o cotidiano dos(as) alunos(as), flexibilizar o currículo e incorporar atividades que favoreçam esse desenvolvimento (Cardoso et al., 2024).

Outra linha de atuação é a intervenção remediativa, direcionada quando o(a) aluno(a) já apresenta algum comprometimento cognitivo ou problemas de comportamento ou de aprendizagem. Esse é o caso, por exemplo, da atuação junto a estudantes com Transtornos do Neurodesenvolvimento (Cardoso & Fonseca, 2019). Nesse nível de intervenção, a neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar podem colaborar na elaboração de planos mais individualizados com relação às necessidades do estudante.

Essas intervenções podem envolver a atuação diretamente com o(a) aluno(a), em geral em pequenos grupos, a orientação às(aos) professo-

ras(es) sobre adaptações pedagógicas e a articulação com outras(os) profissionais da rede, como psicólogas e psicólogos clínicas(os), psicopedagogas(os), fonoaudiólogas(os) e outras(os) que atendam, em contexto clínico, esse estudante. Inclui, ainda, a estimulação de estudantes em atividades de reforço escolar e em salas de atendimento especializado ou de recursos (Fonseca *et al.*, 2020). Aqui, há uma importante articulação entre Educação e Saúde. A atuação remediativa insere-se na perspectiva da inclusão escolar, garantindo ao estudante apoio às suas necessidades para que tenha efetiva participação escolar e social.

A lógica das intervenções escolares preventiva e remediativa alinha-se ao modelo de Resposta à Intervenção (RTI), que integra diferentes camadas de intervenção, triagem e acompanhamento de progresso. A camada 1 tem caráter universal e preventiva, sendo direcionada a todos os estudantes. As camadas 2 e 3 têm caráter remediativo, sendo a camada 2 em contexto de grupo; e a camada 3, tem caráter individual (Queiroga *et al.*, 2020). As camadas 1 e 2 são campo para a Neuropsicologia Escolar. A camada 3 é mais adequada para a atuação da neuropsicóloga e do neuropsicólogo clínico.



As intervenções em Neuropsicologia Escolar, preventivas ou remediativas, podem ter como objetivo a estimulação de habilidades como atenção, memória, linguagem, processamento visual, cognição numérica, funções executivas, praxias, cognição social e outras, além de leitura, escrita e matemática. Além do foco nas funções cognitivas, a neuropsicóloga e o neuropsicólogo também podem atuar na promoção de competências socioemocionais, como resolução de conflitos, cooperação e regulação emocional, habilidades importantes para o sucesso escolar e para a construção de relações interpessoais.

A neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar atuam como membro da equipe pedagógica, podendo tanto implementar diretamente estratégias e intervenções quanto assumir o papel de consultoras(es). Nessa função, colaboram com a escolha, o planejamento, a adaptação e o monitoramento das ações, orientando as(os) professores na aplicação das propostas e ajudando a integrá-las à rotina escolar.

Essa atuação deve considerar a realidade de cada instituição, respeitando sua cultura, estrutura e demandas específicas. É fundamental que essas ações sejam também integradas ao currículo escolar, com continuidade ao longo do ano letivo (ou ao longo dos anos letivos), evitando que se limitem a intervenções pontuais.

Por fim, a neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar fundamentam suas práticas na compreensão das relações entre cognição e aprendizagem, considerando também comportamentos e aspectos socioemocionais que permeiam essas relações no contexto amplo do ambiente escolar (Fonseca *et al.*, 2020). Tal prática deve ser baseada em evidências (Orsati *et al.*, 2015), para que suas intervenções possam, efetivamente, contribuir para um processo de aprendizagem bem-sucedido.

3.4 Estimulação de estudantes com necessidades educacionais especiais

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) é um desafio e uma oportunidade para a neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar atuarem sob diferentes frentes, tanto da perspectiva da remediação / intervenção com base em programas específicos, como na equipe interdisciplinar voltada ao planejamento das ações da equipe pedagógica (Decker, 2008).

O conhecimento a respeito do neurodesenvolvimento, dos aspectos cognitivos e emocionais e da relação cérebro-aprendizagem são ferramentas importantes para a atuação dessa(e) profissional. De maneira geral, a educação brasileira ainda apresenta conhecimento incipiente desses aspectos e a formação da(o) profissional em Neuropsicologia Escolar contribui, para além da experiência em avaliação neuropsicológica, para a capacidade de atuar como consultor em relação à natureza e trajetória dos transtornos do neurodesenvolvimento (Jantz & Plotts, 2014).

Da perspectiva dos quadros diagnósticos, é essencial que crianças e adolescentes com transtornos do neurodesenvolvimento – Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtornos da Comunicação, Transtornos Específicos da Aprendizagem (TEAp) e Transtornos Motores (APA, 2023) – sejam acompanhados conforme seus direitos, já estabelecidos em lei, considerando a própria Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação para todos(as), o que inclui as pessoas com deficiências.

A atuação da neuropsicóloga e do neuropsicólogo escolar deve ser baseada no conhecimento das leis e decretos que garantem que os estudantes sejam adequadamente estimulados e incluídos, a saber:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996	Garante a educação inclusiva nas escolas regulares.
Decreto nº 6.949/2009	Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, reforçando o direito à inclusão plena em todos os aspectos da vida.
Decreto nº 7.611/2011	Regulamenta o atendimento educacional especializado e estabelece diretrizes para o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas.
Lei nº 12.764/2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e reconhece o TEA como deficiência para todos os efeitos legais.
Lei da Dislexia – Lei nº 14.254/2021	Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH e outros transtornos de aprendizagem no ambiente escolar.

Além disso, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, que reconhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, estabelecem a obrigatoriedade do ensino de Libras na forma-

ção de professores e o uso de intérpretes em espaços públicos e escolas, considerando a diversidade linguística no contexto social da escola.

Frente a esta realidade, a neuropsicóloga e o neuropsicólogo deverão estar atentos e preparados para lidar com demandas de adaptação e aprendizagem, colaborando com professoras(es) e equipe pedagógica no processo de inclusão do(a) aluno(a) surdo(a).

Diante do cenário da realidade inclusiva no Brasil, a neuropsicóloga e o neuropsicólogo escolar agregam e dão assistência à(ao) professora(r) em seu dia a dia para interpretar sinais de desenvolvimento atípico. Além disso, na perspectiva do funcionamento do AEE, que oferece suporte a esses(as) alunos(as) com Transtornos do Neurodesenvolvimento e boas práticas pedagógicas, promove-se o diálogo para melhores práticas interventivas, considerando as camadas dos programas de resposta à intervenção (RTI), perfis de funcionamento ou diagnósticos específicos (Capovilla & Dias, 2008; Medina & Guimarães, 2019).

No contexto do RTI, alunos(as) com TDAH podem se beneficiar de estratégias que aprimoram a atenção e o controle dos impulsos, enquanto estudantes com dislexia podem necessitar de abordagens focadas na consciência fonológica, associada às funções executivas, e na fluência de leitura. O desenvolvimento de habilidades fundamentais para a aprendizagem, inclusive como promoção e prevenção sobre o seu desenvolvimento na Educação Infantil (Ganz *et al.*, 2015) e na identificação daqueles com transtornos de aprendizagem (Batista & Pestun, 2019), é fundamental para o progresso do escolar.

A avaliação de habilidades específicas da linguagem oral, processamento fonológico, linguagem escrita e funções cognitivas são norteadores para as intervenções no AEE e na sala de aula (Mousinho & Navas, 2020). Além

disso, a interpretação de um diagnóstico clínico, a partir de laudos e relatórios do estudante, devem ser discutidos pela equipe interdisciplinar de forma horizontalizada. Esse conjunto de informações fundamentam as diretrizes sobre as melhores práticas com a criança/adolescente.

Assim como ocorre no TDI, nos demais transtornos do neurodesenvolvimento, um dos maiores desafios para a inclusão escolar é aliar a teoria à prática em sala de aula, diante das dificuldades na aprendizagem; pois, com frequência, o(a) aluno(a) está na sala sem acompanhar as atividades e, portanto, as estratégias de ensino-aprendizagem devem contemplar as potencialidades e fragilidades individuais a partir de seu perfil cognitivo, linguístico, emocional e comportamental (Mello *et al.*, 2020).

A estimulação de estudantes com NEE no campo da Neuropsicologia Escolar requer uma abordagem integrada que considere as especificidades de cada transtorno do neurodesenvolvimento. A colaboração entre profissionais da educação, saúde e familiares é essencial para o sucesso dessas intervenções, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Formação e capacitação de professoras(es)

Orientação de cuidadoras(es) e promoção da parentalidade

Estimulação de estudantes nas perspectivas preventiva e remediativa

Estimulação de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE)

4

Perspectivas Futuras

Sugestão de diretrizes de formação para a(o) neuropsicóloga(o) escolar

A formação em Neuropsicologia Escolar no Brasil, seja em nível de pós-graduação e, ainda mais, em nível de graduação, ainda se encontra em estágio inicial, sendo majoritariamente marcada pela aplicação de conhecimentos da neuropsicologia clínica e do desenvolvimento no ambiente escolar. Internacionalmente, muito já se avançou com cargos específicos em contextos educacionais para o neuropsicólogo escolar. Em nosso contexto, porém, ainda é urgente que essa subespecialidade e seu campo de atuação sejam reconhecidos e valorizados. Este fascículo é um passo pioneiro e fundamental nessa direção.

Considerando a crescente demanda por intervenções especializadas e as frequentes queixas de aprendizagem na rotina escolar, diretrizes de formação, sobretudo em nível de especialização, devem ser promovidas. Este fascículo propõe, portanto, um conjunto de conhecimentos e práticas para a atuação qualificada da neuropsicóloga e do neuropsicólogo escolar. A formação recomendada deve contemplar:

1. Especialização em Neuropsicologia Escolar

2. Formação continuada e supervisão em:

Neuropsicologia do desenvolvimento e da infância

Psicologia escolar e educacional

Avaliação neuropsicológica para o contexto escolar

Intervenções neuropsicológicas preventivas e remediativas

Transtornos do neurodesenvolvimento e psicopatologias na infância

Processos de aprendizagem da leitura, escrita e matemática

Habilidades cognitivas e socioemocionais

Relações entre família, escola e criança

Aprendizagem ao longo do ciclo vital

Planejamento pedagógico e adaptação curricular

Leis e procedimentos de educação especial e inclusão escolar

3. Prática supervisionada em ambientes educacionais diversificados

Escolas regulares

Secretarias de educação

Universidades

Cursos de línguas e outras instituições de educação não formal

Setores de treinamento e desenvolvimento em empresas, entre outros

Esperamos que, em algumas décadas, todos os ambientes educacionais contem com a atuação ou consultoria de uma neuropsicóloga ou um neuropsicólogo escolar. Para isso, é necessário fomentar programas de formação, inserção profissional e valorização do campo, além da produção de conhecimento científico contextualizado, que contribua com diretrizes de boas práticas e políticas educacionais baseadas em evidências.

Referências

Associação Americana de Psiquiatria. (2023). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR* (V. C. H. Forlenza, trad.; 5ª ed., texto revisado). Artmed.

Batista, M., & Pestun, M. S. V. (2019). O Modelo RTI como estratégia de prevenção aos transtornos de aprendizagem. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23, e205929. <https://doi.org/10.1590/2175-35392019015929>

Brasil. (2021). *Lei n. 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia e TDAH*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 1º dez. 2021.

Brasil. (2012). *Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

Brasil. (2011). *Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

Brasil. (2009). *Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

Brasil. (2005). *Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

Brasil. (2002). *Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

Brasil. (1996). *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Senado Federal.

Burns, M. (2011). School Psychology Research: Combining Ecological Theory and Prevention Science. *School Psychology Review*, 40, 132-139. <https://doi.org/10.1080/02796015.2011.12087732>.

Capovilla, A. G. S., & Dias, N. M. (2008). Desenvolvimento de habilidades atencionais em estudantes da 1ª à 4ª série do ensino fundamental e relação com rendimento escolar. *Revista Psicopedagogia*, 25(78), 198–211.

Carapito, E., & Ribeiro, P. (2015). Questionário de Envolvimento Parental no Jardim-de-Infância (QEPJI): Estudo de validação da versão para pais. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación e Psicologica*, 2, 83–93.

Cardoso, C. de O., Carvalho, C. F., & Dias, N. M. (2024). A estimulação de funções executivas sob a perspectiva da neuropsicologia escolar: Promoção cognitiva na interface com a educação. In N. M. Dias & L. F. Malloy-Diniz (orgs.). *Tratado de funções executivas: Avaliação e intervenção* (v. 2, pp. 111–126). AMPLA.

Cardoso, C. de O., Dias, N., Senger, J., Colling, A. P. C., Seabra, A. G., & Fonseca, R. P. (2016). Neuropsychological stimulation of executive functions in children with typical development: A systematic review. *Applied Neuropsychology: Child*, 7(1), 61–81.

Cardoso, C. O., & Fonseca, R. P. (2019). Intervenção neuropsicológica infantil. In C. O. Cardoso & N. M. Dias (orgs.). *Intervenção neuropsicológica infantil: Da intervenção precoce-preventiva à reabilitação*. Pearson.

Conselho Federal de Psicologia. *Resolução nº 23, de 11 de setembro de 2002*. Dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.cfp.org.br>.

Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Neuropsicologia: ciência e profissão*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-neuropsicologia/>

D'Amato, R. C. (1990). A neuropsychological approach to school psychology. *School Psychology Quarterly*, 5, 141–160.

D'Amato, R. C., Fletcher-Janzen, E., & Reynolds, C. R. (orgs.). (2005). *Handbook of school neuropsychology*. John Wiley & Sons.

Decker, S. L. (2008). School neuropsychology consultation in neurodevelopmental disorders. *Psychology in the Schools*, 45(9), 799–811. <https://doi.org/10.1002/pits.20327>

Dehaene, S. (2022). *É assim que aprendemos: Por que o cérebro funciona melhor do que qualquer máquina (ainda...)*. Contexto.

Dehaene, S. (2012). *Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler*. Penso Editora.

Diamond, A. (2013). Executive functions. *Annual Review of Psychology*, 64, 135–168. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143750>

Dyson, A., & Todd, L. (2010). Dealing with complexity: theory of change evaluation and the full service extended schools initiative. *International Journal of Research & Method in Education*, 33(2), 119–134. <https://doi.org/10.1080/1743727X.2010.484606>.

Fonseca, R. P., Seabra, A. G., & Miranda, M. C. (2020). Neuropsicologia escolar: Revisitando conceitos e práticas. In R. P. Fonseca (org.). *Neuropsicologia na prática clínica: avaliação e intervenção escolar* (pp. 55–96). Pearson.

Ganz, J. S., Campos, L. B., Silva, P. B., Mecca, T. P., Almeida, R. P., Melo, C. R. B., Correa, M. M. S., Mendes, M. C. F., & Macedo, E. C. (2015). Programa de estimulação cognitiva “ativamente” para o ensino infantil. *Revista Psicopedagogia*, 32(97), 14–25.

Hale, J. B., & Fiorello, C. A. (2004). *School neuropsychology: A practitioner's handbook*. The Guilford Press.

Hill, S. B. (2021). School neuropsychology collaboration with home, school, and outside professionals. In D. C. Miller, D. E. Maricle, C. L. Bedford, & J. A. Gettman (orgs.). *Best practices in school neuropsychology* (pp. 113–147). John Wiley & Sons.

Jantz, P. B., & Plotts, C. A. (2014). Integrating neuropsychology and school psychology: Potential and pitfalls. *Contemporary School Psychology*, 18, 69–80. <https://doi.org/10.1007/s40688-013-0006-2>

Jungles, L. A. S. (2022). *Parceria família-escola: benefícios, desafios e proposta de ação* [Recurso eletrônico]. Ministério da Educação. https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/parceria_familia_escola_vf.pdf

Martínez-Álvarez, I. (2018). Neuropsychology applied to education: Theoretical framework and intervention areas for the reading competence and attention difficulties. *Revista de Investigación Magister*, 1–13.

Medina, G. B. K., & Guimarães, S. R. K. (2019). Leitura de estudantes com dislexia do desenvolvimento: Impactos de uma intervenção com método fônico associado à estimulação de funções executivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(1), 155–174. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382519000100010>

Mello, C. B., Barbosa, T., & Muskat, M. (2020). Abordagem escolar da deficiência intelectual na perspectiva de uma neuropsicologia inclusiva. In R. P. Fonseca, A. G. Seabra, & M. C. Miranda (orgs.). *Neuropsicologia escolar* (pp. 399–415). Pearson.

Miller, D. C., Maricle, D. E., Bedford, C. L., & Gettman, J. A. (2022). School neuropsychology specialization. In D. C. Miller, D. E. Maricle, C. L. Bedford, & J. A. Gettman (Orgs.). *Best practices in school neuropsychology: Guidelines for effective practice, assessment, and evidence-based intervention* (2nd ed., pp. 3–13). John Wiley & Sons.

Miranda, M. C. (2024). *Estudo comparativo sobre a implementação de estratégias práticas para promover a relação família-escola e a educação antirracista em escolas de Educação Infantil* [Manuscrito não publicado]. Universidade Federal da Bahia.

Mousinho, R., & Navas, A. L. (2020). Avaliação neuropsicológica escolar nos transtornos de aprendizagem. In R. P. Fonseca, A. G. Seabra, & M. C. Miranda (orgs.). *Neuropsicologia escolar* (pp. 353–375). Pearson.

Obrzut, J. E., & Hynd, G. W. (1991). *Neuropsychological foundations of learning disabilities: A handbook of issues, methods, and practice*. Academic Press. <https://psycnet.apa.org/record/1991-97807-000>

Orsati, F. T., Mecca, T. P., Dias, N. M., Almeida, R. P., & Macedo, E. C. (2015). *Práticas para a sala de aula baseadas em evidências*. Memnon.

Queiroga, B. A. M., César, A. B., Capellini, S. A., & Miranda, M. C. (2020). Intervenções preventivas em aprendizagem no Brasil. In R. P. Fonseca, A. G. Seabra, & M. C. Miranda (orgs.). *Neuropsicologia escolar* (pp. 529–548). Pearson.

Thomas, M., Ansari, D., & Knowland, V. (2019). Annual research review: Educational neuroscience – Progress and prospects. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 60(4), 477–492.

Toledo-Piza, C., Gomes, R., Mata, M., & Nikaedo, C. C. (2020). As contribuições da neuropsicologia escolar para as adaptações curriculares. In R. P. Fonseca, A. G. Seabra, & M. C. Miranda (orgs.). *Neuropsicologia na prática clínica: avaliação e intervenção escolar* (pp. 731–766). Pearson.

Wilcox, G., Morett, L., Hawes, Z., & Dommett, E. (2021). Why educational neuroscience needs educational and school psychology to effectively translate neuroscience to educational practice. *Frontiers in Psychology*, 11, 618449.

